

Ao empréstimo de 1824 (1.000.000 de libras, com a garantia da renda alfandegária), suceder-se-ia o de 1825 (2.000.000 de libras), para as indenizações a Portugal pelo reconhecimento da independência. A diferença negativa na troca de mercadorias é normal e crescente: 5 mil contos de réis, em 1824; 7 mil, em 1830; 11 mil, em 1837; 17 mil, em 1841, em valores da época, assinalados os anos em que ele foi maior. Durante a primeira metade do século XIX, em valores globais, a exportação representou apenas 90% da importação. Como os empréstimos externos destinavam-se a cobrir *déficits* da balança de comércio exterior, permanente e crescentemente deficitária, a dívida externa começa a acumular-se, passando, entre 1825 e 1840, de 5,1 para 5,3 milhões de libras, que correspondem, em milhares de contos de réis, entretanto, a 23,3 e 41,0. As perdas do Brasil, na primeira metade do século XIX, foram superiores a cem mil contos de réis, valor da época. O orçamento permaneceu, salvo três ou quatro anos, também permanentemente deficitário, na época, totalizando, ainda na primeira metade do referente século, setenta mil contos de réis. A libra era comprada, em 1821, por 4,65 mil réis; em 1848, valia 9,60. Até 1860, o Brasil tomou mais de dez empréstimos no exterior, no total de 11,5 milhões de libras. *A transferência da renda para o exterior operava-se por meio da comercialização.*

Uma síntese da situação na primeira metade do século XIX poderia ser esta: "A primeira metade do século XIX é, para o Brasil, pois, uma fase extremamente difícil; ela assinala a preparação para a autonomia política e sua efetivação, mas também, e principalmente, a integração da economia brasileira no mundo e todo o tortuoso processo de adaptação dessa economia colonial, que persiste colonial, às condições criadas pelo avanço capitalista no exterior. Trata-se de montar o aparelho de Estado, evidentemente, mas sob condições extremamente duras, quando a classe dominante de senhores de terras e de escravos, ou de terras e de servos, luta para manter os seus privilégios, para firmar o sistema de que aproveita, e enfrenta as perturbações internas que lhe ameaçam a dominação e as pressões externas que lhe retiram parcelas ponderáveis da renda. Esta, assim, retrai-se, criando dificuldades que terão de ser contornadas num processo contínuo de transferência dos prejuízos às outras classes. Não há, em consequência, a mínima possibilidade de capitalização; as pers-